

Recusa às condições de bancos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Palácio do Planalto está com a firme decisão de não admitir "corrupção" na contratação de empréstimos externos por empresas estatais, Estados e municípios, dentro do mecanismo chamado de *releaving*. Por esse mecanismo, os recursos em dólares, colocados à disposição do Brasil pelos bancos estrangeiros e depois contratados diretamente pelas empresas e pelos governos, são internalizados e convertidos em cruzeiros. Acontece que a oferta desses recursos tem sido inferior à demanda, e isso permite que os banqueiros selezionem os tomadores e cobrem comissões adicionais, consideradas ilegais pelo Banco Central.

Na próxima negociação com os bancos, o governo brasileiro colocará esse problema em discussão e será dito claramente que não se permitirá mais este esquema, bastante vantajoso para os bancos. O objetivo é moralizar os repasses de moeda forte já contratados. A denúncia partiu de um documento elaborado pelo Ministério do Planejamento, encampado pelo Palácio do Planalto. Em 1983 e 1984, o *releaving* foi extensivamente usado e continuaria vigorando em forma plorada na proposta que o comitê de 14 bancos apresentou ao ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, quando este negociou a dívida externa brasileira, em bases plurianuais, em fevereiro último.

O *releaving*, segundo explicou uma fonte do Planalto, tem dado origem a muita corrupção na contratação (e repasse) de recursos externos já tomados pelo Banco Central, a exemplo do que aconteceu a partir do *jumbo* de US\$ 6,5 bilhões, negociado pelo governo anterior, para amortizar a dívida externa e fortalecer as reservas. Na internalização dos dólares, algumas empresas estatais transferem esse direito a empreiteiros e fornecedores que aceitam o pagamento de comissões que vão até 80% sobre as operações de reemprestimos, em conchavo com os próprios bancos emprestadores, que concordam, muitas vezes, em pagar taxas "por fora" ao dirigente da entidade que solicita empréstimos. Depois o empreiteiro, ou fornecedor que executa serviços para as estatais, cobra integralmente as comissões pagas aos bancos, estourando o orçamento do próprio governo. Um exemplo desse tipo de operação, que o governo classifica como corrupção, aconteceu no Paraná, no ano passado, o "escândalo garanhão".

A mesma fonte do Planalto reafirmou, ontem, que o Brasil não está disposto a ceder mais às exigências do FMI, estabelecendo como limite o último "pacote econômico", anunciado no dia 4, que cortou Cr\$ 39,8 trilhões nos investimentos das estatais, nas despesas públicas e estabeleceu um esforço de aumentar a arrecadação de impostos, até chegar a Cr\$ 15 trilhões de antecipação de receita. O mesmo informante disse que não mais será necessário

negociar com o Fundo, devendo passar logo à redação da nova carta de intenções. Com relação à recomposição tarifária de estatais, que perderam receita em consequência do congelamento dos preços que vigeu de 15 de março a 20 de junho, o Palácio do Planalto decidiu que capitalizar as empresas do governo via-tarifas não é a solução apropriada para o caso, admitindo que, para isso, podem ser acionados dois mecanismos: saneamento financeiro via-transferência de recursos do Tesouro e renegociação a longo prazo da dívida dessas estatais, a exemplo daquelas dos setores elétrico e siderúrgico. Mas o Palácio do Planalto concorda com a reivindicação da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest) que a recomposição tarifária seja feita, mesmo parcialmente.

SUGESTÃO DE ESQUIVEL

Adolfo Peres Esquivel, prêmio Nobel da Paz de 1982, voltou dos Capuchinhos defender, ontem, durante a III Assembleia Latino-americana em Belém, a adoção de uma postura política dos países da América Latina diante de sua dívida externa. Segundo ele, a dívida é impagável, além de ser imoral e injusta. No caso da Argentina, argumentou que 60% do dinheiro cobrado pelos banqueiros internacionais nunca entrou no país. "Não é justo o país pagar pelo que não usou", diz Esquivel, sugerindo que a melhor forma de pagar a dívida seria a redução em 15% no orçamento bélico. "Em quatro anos se pagaria toda a dívida da América Latina."